

Os limites da recessão *Economia - Brasil*

Lojas cheias de consumidores que, todavia, dificilmente compram, preferindo na maioria bens de valor reduzido; o crediário facilitado, sem que se saiba embora se os compromissos poderão ser honrados; e as indústrias semi ou totalmente paralisadas à espera de que o varejo recomponha seus estoques ou de que a taxa de câmbio permita a ampliação das exportações. Este o quadro da situação econômica do País, esboçado em nossa edição de domingo. Entretanto, o que importa na verdade é saber se essa conjuntura reflete apenas uma fase de adaptação ao Plano Brasil Novo ou os primeiros sinais de uma recessão que bem poderá assumir amplitude não prevista nos programas governos.

Fica-se diante de um paradoxo aparente: a equipe econômica do Planalto teme ao mesmo tempo o consumismo e a depressão. Na realidade, nada há de paradoxal na presente situação, por quanto, ela se explica pela redistribuição da liquidez provocada pelo Plano. Para alguns, a liqui-

dez, longe de diminuir aumentou, com o agravante de que ninguém mais acredita nas virtudes da poupança (seqüestrada pelo governo), nem tampouco na persistência da estabilidade dos preços. O recebimento dos salários de março com seus reajustes forçou uma impressão de fortalecimento do poder aquisitivo que provavelmente se dissipará no final do mês.

Os produtos antes comprados com o resultado da poupança pessoal ficam agora pendentes da poupança alheia. Ocorre que não se sabe bem quem são os poupadore dos outros. Constrói-se assim um sistema que se apóia em bases muito frágeis. Para resolver tal problema, o varejo, que diz ter ganho os cruzeiros enquanto a indústria ficava com os lucros, está exigindo dos seus fornecedores prazo de financiamento considerado muito longo: 60 a 90 dias. É a partir daí que a recessão se amplia assumindo dimensões não previstas na indústria.

Esta enfrenta situação dramática, após o seqüestro do seu capital de giro. Não encontra re-

ursos próprios para pagar sua folha de salários e teve de recorrer a bancos, a elevadíssima taxa de juros que jamais poderá ser compensada pela margem de lucros. Mas não lutam as empresas apenas com os encargos salariais: têm de adquirir insumos, devendo agora conceder aos seus clientes financiamento de longo prazo. Nesta emergência, pode-se entender que a indústria não tenha outra opção a não ser a paralisação das suas atividades. É possível admitir-se tal situação por uma ou duas semanas; todavia a concessão de férias remuneradas aos trabalhadores não representa solução duradoura. A persistir a atual situação, corre o País o risco de cair numa recessão descontrolada.

Cumpre bem avaliar os efeitos de uma recessão, que em parte poderiam ser evitados com uma política mais bem construída. O governo retirou a liquidez do setor produtivo, impedindo-o até de pagar seus empregados. Se até o final do mês não se liberarem os recursos requeridos pelas folhas de salários, enfrentar-se-á um assus-

tador crescimento do desemprego.

Não serão apenas os bens de preço unitário elevado (como os automóveis por exemplo), que não poderão ser comprados mas também outros, por força da violenta redução da massa salarial. A reportagem que publicamos em nossa edição de domingo mostra que diversas empresas estão em compasso de espera, não dispondendo porém de condições de prolongá-lo por mais um mês. Encara-se outro problema: a taxa de câmbio. Setores que poderiam compensar a queda da demanda interna mediante ampliação das exportações, não o podem fazer em consequência de uma taxa cambial mantida artificialmente baixa no que se chama de mercado livre, enquanto só se aumenta a oferta de divisas impedindo-se a natural manifestação da demanda.

Cumpre ao governo mostrar-se sensível e administrar, com cuidado, a redistribuição da liquidez e a taxa cambial. Caso contrário, será responsável por uma recessão de dimensões perfeitamente evitáveis.